



NOTA DE REPÚDIO

CONAQ exige apuração imediata da violência policial contra manifestação pacífica no Quilombo Mercês, em Pernambuco

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco vêm a público manifestar seu mais veemente repúdio à violência praticada contra moradores do Quilombo Ilha de Mercês, em Pernambuco, durante uma manifestação pacífica realizada nesta quarta-feira, 8 de julho.

Segundo relatos das lideranças da comunidade, o protesto foi motivado pela revolta dos moradores diante de ações que atingiram o território quilombola, após intervenções relacionadas a uma disputa envolvendo a SUAPE. Durante a mobilização, que ocorria de forma pacífica, policiais acionados para o local utilizaram força desproporcional contra os manifestantes.

É inaceitável que uma manifestação legítima em defesa de direitos seja respondida com violência.

De acordo com as denúncias apresentadas pelos presentes no ato, uma senhora quilombola de 76 anos foi empurrada por agentes de segurança, caiu ao chão e passou mal. Também houve o uso de spray contra manifestantes, provocando mal-estar em uma jovem da comunidade, além da prisão de um quilombola durante a ação policial.

A criminalização da nossa luta e o uso da força para silenciar comunidades que reivindicam seus direitos representam graves violações dos direitos humanos, da liberdade de manifestação e dos direitos territoriais assegurados pela Constituição Federal e por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Tendo em mente ao acontecido é necessário que ocorra:

- A imediata apuração da atuação policial, com responsabilização de todos os agentes envolvidos em eventuais excessos e violações de direitos;
- A libertação, caso ainda não tenha ocorrido, e a garantia do devido processo legal ao quilombola detido durante a manifestação;
- Que o INCRA acompanhe de forma urgente a situação do Quilombo Mercês, adotando todas as medidas necessárias para proteger a comunidade e assegurar seus



direitos territoriais;

- Que o Ministério Público Federal (MPF) instaure procedimento para investigar as denúncias de violência, possíveis violações de direitos coletivos e acompanhe o conflito instalado no território;
- Que o Governo do Estado de Pernambuco e os órgãos de segurança pública esclareçam a atuação policial, garantam a integridade física e psicológica das famílias quilombolas e adotem medidas para impedir novas ações violentas contra a comunidade.

Reafirmamos que conflitos envolvendo territórios quilombolas não podem ser tratados como casos de polícia. Devem ser enfrentados por meio do diálogo, do respeito aos direitos constitucionais e da atuação responsável das instituições públicas.

Nos solidarizamos com todas as famílias do Quilombo Mercês, especialmente com a senhora idosa agredida, com a pessoa detida e com todas e todos que sofreram violência durante a manifestação.

Defender o território não é crime. Criminalizar quilombolas é violar a Constituição.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Brasília, 8 de julho de 2026